



PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000 – Fax (14) 3263-0040
CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP
CNPJ: 46.200.846/0001-76
www.lencoispaulista.sp.gov.br

CONTRATO N.º 066/2019

Concorrência n.º 010/2019
Processo Adm. n.º 114/2019

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. José Denilson Nogueira, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 23.276.290-9 ssp/sp e CPF n.º 158.226.968-80, e do outro lado a senhora **Rosane Teresa da Silva**, residente e domiciliada na Rua José Lourenço da Silva, n.º 77, Distrito de Alfredo Guedes, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CPF n.º 047.221.939-16 e portadora do RG n.º 37.044.702-5, tem entre si, justo e avençado o presente contrato, devidamente precedida da licitação, regendo-se pelas disposições da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e dos Decretos Executivos n.ºs 331/2003 e 392/2005, bem como em conformidade com as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e ainda, pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA **DO OBJETO**

1.1. Concessão de uso de espaço físico nas dependências do Terminal Rodoviário do Distrito de Alfredo Guedes, para exploração da atividade de lanchonete, café e afins, visando a comercialização, no mínimo, dos produtos especificados, podendo ampliar o atendimento do estabelecimento com a inserção de outros produtos, desde que autorizado pela Prefeitura.

1.1.1. A concessionária ficará responsável por manter limpas e higienizadas as dependências destinadas ao estabelecimento e os sanitários existentes no lado externo, responsabilizando-se pelo fornecimento de suprimentos e materiais de limpeza e desinfecção.

1.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da autorização por escrito da Diretoria de Cultura do Município, sendo prorrogado automaticamente, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos do Artigo 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, se não houver comunicação por escrito de nenhuma das partes.

1.3. O estabelecimento deverá ser mantido em funcionamento nos seguintes dias e horários: de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas, e aos sábados, das



08:00 às 12:00 horas.

1.3.1 O horário de funcionamento do estabelecimento somente poderá ser alterado mediante autorização por escrito da Secretaria da Vila de Alfredo Guedes e solicitado com antecedência pela concessionária.

1.4. A concessionária ficará obrigada a comercializar diariamente no estabelecimento, no mínimo, os seguintes produtos:

- a) Cafés, capuccinos e similares;
- b) Água mineral gasosa ou não gasosa (garrafas ou copos);
- c) Doces diversos devidamente acondicionados em embalagens seguras;
- d) Salgados fritos e assados;
- e) Lanches frios e quentes;
- f) Refrigerantes comuns e *diet*;
- g) Sucos de diversos sabores;
- h) Chás quentes e frios de vários sabores.

1.4.1. A comercialização de bebida alcoólicas somente poderá ocorrer mediante autorização por escrito da Prefeitura, que avaliará a oportunidade e a conveniência, visando a satisfação do interesse público.

1.5. A concessionária deverá fornecer produtos de qualidade e com absoluto rigor e observância às normas sanitárias de higiene, aparência e paladar.

1.6. Será proibida a comercialização de quaisquer substâncias psicoativas, estando a concessionária, em caso de descumprimento, sujeita a multa e rescisão do contrato.

1.7. Poderá a concessionária realizar, às suas expensas, as adequações físicas que entender convenientes para melhorar as condições de atendimento no estabelecimento comercial, desde que estas não interfiram no perfeito funcionamento do prédio, que estejam em consonância com a arquitetura do prédio, e desde que sejam autorizadas pela Prefeitura. Tais benfeitorias serão feitas às expensas da concessionária e integrarão o patrimônio da Prefeitura Municipal, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária e não podendo ser retiradas ao final da concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA
SUPORTE LEGAL



2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 010/2019** e seus anexos;
- c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

CLÁUSULA TERCEIRA **DO VALOR DA CONCESSÃO**

3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 300,00 (Trezentos reais);

3.2. A concessionária deverá efetuar o pagamento mensal da concessão em **até 10 (dez) dias após o mês vencido.**

3.3. A concessionária terá uma carência para pagamento do valor da concessão nos 3 (três) primeiros meses de contrato.

3.4. Para efetuar os pagamentos a concessionária deverá comparecer ao Setor de Protocolos da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da respectiva guia para recolhimento em agência bancária.

CLÁUSULA QUARTA **DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

4.1. Não poderá ser dado à área concedida destinação diversa da objetivada.

7.2. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade comercial a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários, devendo estes serem do mesmo padrão dos existentes nas demais dependências do prédio e/ou aprovados pela Prefeitura.

7.3. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

7.4. As benfeitorias citadas no item anterior, caso autorizadas, serão feitas às expensas da concessionária e integrarão o patrimônio da Prefeitura, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária, e não podendo ser retiradas ao final da concessão.

7.5. A concessionária fica obrigada a iniciar as atividades no local no prazo máximo de **15 (quinze) dias** a contar do recebimento das chaves do imóvel.



7.6. Caso não possua, deverá a concessionária providenciar a inscrição do seu estabelecimento comercial junto à Prefeitura e também junto à Vigilância Sanitária e aos órgãos estadual e federal competentes, inclusive Corpo de Bombeiros, afixando em local visível os respectivos Alvarás de Funcionamento.

7.7. Ficará a concessionária obrigado a desocupar o imóvel no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o término da concessão.

7.8. Será expressamente proibido a sublocação do imóvel objeto da presente licitação.

7.9. No exercício de sua atividade comercial a concessionária deverá observar as seguintes regras e obrigações:

- a) Manter o estabelecimento em funcionamento nos horários estabelecidos;
- b) Praticar preços compatíveis com os preços usualmente praticados na região;
- c) Para a comercialização de bebida alcoólicas, quando autorizado pela Prefeitura, a concessionária deverá observar rigorosamente a proibição de venda a menores de idade;
- d) Manter limpas as dependências internas e externas do estabelecimento, e manter todos os equipamentos e mobiliários em perfeitas condições de higiene e conservação, disponibilizando cestos para coleta de lixo e recolhendo e acondicionando o mesmo em embalagens apropriadas e depositando-o no local de coleta;
- e) Não poderá manter em seu estabelecimento quaisquer tipos de aparelhos de jogos de azar, bem como não poderá promover competições de qualquer tipo de jogo de azar;
- f) Não poderá manter em seu estabelecimento quaisquer tipos de aparelhos de som/música, sem autorização por escrito da Prefeitura e solicitado com antecedência pela concessionária;
- g) A promoção de eventos e apresentações musicais somente poderá ser realizada mediante prévia autorização da Prefeitura;
- h) Proporcionar atendimento compatível com a demanda, disponibilizando empregados qualificados, em número suficiente, que atendam regularmente, devendo promover a substituição dos que não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços, aumentando o número de funcionários em dias de eventos, se necessário, de acordo com a demanda;
- i) Fornecer uniformes e EPIs aos seus empregados e cuidar para que se mantenham adequadamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e limpeza, no que se refere a roupas e higiene corporais, que atendam



- integralmente as exigências da Vigilância Sanitária;
- j) Manter às suas expensas e exclusiva responsabilidade, o quadro de pessoal, todos os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários e quaisquer outros em relação aos empregados que mantiver no local para cumprimento do contrato;
 - k) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos e quaisquer tributos e taxas que incidirem sobre a atividade desenvolvida;
 - l) Responsabilizar-se por todas as despesas com telefone, fornecedores, pessoal, encargos sociais e previdenciários e consertos ou reparos em móveis, utensílios e instalações;
 - m) Responsabilizar-se por todas as despesas com tarifas de água e esgoto e energia elétrica, quando o imóvel possuir medidores separados;
 - n) Adquirir, transportar e instalar todos os materiais e serviços necessários à montagem e funcionamento do estabelecimento, bem como equipamentos, mobiliários e acessórios necessários, em perfeito estado de conservação, inclusive para acomodação dos clientes;
 - o) Responsabilizar-se integralmente pela guarda e acondicionamento das mercadorias, materiais e equipamentos mantidos no local, ficando estabelecido que não caberá nenhuma responsabilidade à Prefeitura no caso de extravio, furto, etc;
 - p) Permitir, a qualquer tempo, que a Prefeitura realize inspeções e fiscalizações de funcionamento, que poderá exigir e examinar documentos, solicitar explicações e determinar providências para melhor atendimento aos usuários;
 - q) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Prefeitura, quanto à execução do contrato.

7.9.1. A concessionária poderá ampliar o rol de produtos a serem comercializados no estabelecimento, desde que autorizado previamente pela Prefeitura.

4.11. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados aos cidadãos, ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA **DAS PENALIDADES**

5.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes



penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal da concessão, caso o pagamento da concessão não seja efetuado no prazo estipulado;
- c) Multa de 3 (três) vezes o valor mensal da concessão, caso a adjudicatária descumpra quaisquer cláusulas do edital e do contrato, ou caso o pagamento da concessão não seja efetuado por dois meses consecutivos;
- d) Multa de 5 (cinco) vezes o valor mensal da concessão, caso a adjudicatária não aceite a contratação, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Administração;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

5.2. As sanções estabelecidas neste edital serão de competência exclusiva do(a) prefeito(a) Municipal, facultada sempre a defesa da adjudicatária no respectivo processo.

5.3. Independentemente da aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, a Administração poderá rescindir o ajuste, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA **DO FORO**

6.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

6.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000 – Fax (14) 3263-0040
CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP
CNPJ: 46.200.846/0001-76
www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lençóis Paulista, 18 de Junho de 2019.

Pela **LOCADORA:**

José Denilson Nogueira
Secretário de Suprimentos e Licitações

Pelo **LOCATÁRIO:**

Rosane Teresa da Silva
Vendedora

TESTEMUNHAS:

1- _____
Nome:
RG:

2- _____
Nome:
RG: